

situação de gritante iniquidade social.

Acentua-se a injustiça na posse e uso da terra, pela pressão exercida por grandes empresas sobre o que a ocupam e dela tiram os meios de subsistência, incentivando a proletarianização do homem rural. Aos mecanismos de pressão dessas empresas soma-se a criminosa política agrária de alguns países, sul-americanos, que ameaça a sobrevivência da pequena propriedade rural, trabalhada em regime de economia familiar. Também os grandes projetos oficiais, que acarretam desapropriação de terras de pequenos proprietários e posseiros a preços injustos e paga tardia, levam os camponeses despreparados e sem recursos à marginalização social nas periferias das grandes cidades.

Essa pressão vem atingindo também as populações indígenas dizimadas progressivamente pela redução de suas reservas, pelas migrações forçadas, pelo contágio com as frentes de expansão do capitalismo agrário que acaba por absorvê-las como mão-de-obra indefesa e facilmente explorada. A iníqua repartição das rendas vem propiciando um perigoso afrontamento das classes sociais. Enquanto, por um lado, uma minoria pode permitir-se padrões requintados de consumo, por outro lado, a grande maioria dos marginalizados se extenua na luta pela sobrevivência. É na América Latina que se encontram os países de mais amplo leque de dispersão salarial, que constitui o mais grave escândalo social de um continente que é tido por cristão.

A posse dos meios de produção concentra-se nas mãos de grupos poderosos ou do Estado, ao mesmo tempo em que se acelera a desnacionalização das economias nacionais, pelo domínio crescente das multinacionais. Uma boa parte dos problemas de nossas cidades vem das relações de trabalho, fruto dessa concentração do poder econômico e da consequente exploração dos trabalhadores, cuja vida familiar e social é condicionada pelo salário baixíssimo que recebem.

Aumentam as concentrações urbanas a um ritmo acelerado pelas migrações de

grandes contingentes humanos através de êxodo rural. Cria-se assim problemas que ameaçam de colapso as próprias megalópoles. Entre esses problemas, destacam-se a extensão da favelização situando as cidades a partir de suas periferias, a política de remoção das favelas exacerbando o problema da segregação dos pobres, e o crescimento da criminalidade e de formas selvagens de violência. (...)

A situação de injustiça vai sendo mantida por mecanismos de violência institucionalizada, por forças de repressão operando fora da lei e gozando de omissão, complacência ou cumplicidade dos poderes e gerando reações desesperadas que oferecem pretextos para repressões mais violentas. (...)

Pelo surgimento de regimes militaristas, os sistemas políticos do continente foram progressivamente influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional que, absolutizando o Estado, reduziu a segurança das pessoas e concentrou o poder nas mãos de oligarquias restritas que decidem o destino das nações. (...)

Os esforços do continente por libertar-se de sua condição secular de dependência são ameaçados de fracasso pelas articulações trilaterais dos pólos de dominação tendentes a transformar o subdesenvolvimento, de uma fase transitória de um processo, em função permanente e tolerável de um sistema global".

2. O Passo Qualitativo na Luta pelos Direitos Humanos

Não era possível, portanto, à luz da realidade que se vive, que a luta se circunscrevesse simplesmente na indicação dos direitos humanos, como um ideal a ser alcançado, de forma retórica e abstrata, sem buscar o seu relacionamento com uma praxis concreta e comprometida. Era também necessário ultrapassar a luta pelos direitos individuais, civis e políticos, e avançar na conquista dos direitos sociais e coletivos.

Com a eleição de Carter para a presidência

dos Estados Unidos e com a Constituição da Comissão Trilateral alguns setores da América Latina começaram a perceber que a bandeira dos Direitos Humanos, simplesmente da maneira como estava sendo apresentada poderia ser uma forma de encobrir as transformações mais profundas que precisam ser efetuadas nas estruturas sociais dos países latino-americanos.

O militarismo latino-americano que tinha servido nesses últimos quinze anos aos objetivos do sistema capitalista e da política externa dos Estados Unidos começa a ser revisado mesmo por aqueles que o haviam incentivado. O sistema de Segurança Nacional, como ideologia e prática, naquele momento era plenamente conseqüente com os interesses dos países hegemônicos do capitalismo e das suas grandes empresas multinacionais. O conceito de "guerra total" favorecia a segurança dos investimentos e a garantia dos lucros, já que qualquer crítica ou contestação ao Estado era considerada arma dos "inimigos do regime" e seus autores, indivíduos ou instituições, eram considerados subversivos e sujeitos à repressão. As constituições forçadas a partir deste pressuposto têm, no conceito de Estado, uma totalidade homogênea e unívoca, uma espécie de superpessoa não deixando espaço para se considerar o indivíduo e muito menos a plena participação popular.

É dentro deste contexto que os bispos latino-americanos vão em 1968 declarar em Medellín o seu compromisso de "despertar nos homens e nos povos uma viva consciência de justiça, infundindo-lhes um sentimento dinâmico de responsabilidade e solidariedade". E especificam a prioridade desta ação em "defender os direitos dos pobres e oprimidos e denunciar energeticamente os abusos consequentes das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração".

No Sínodo de 1974, os bispos declarariam que "a Igreja crê firmemente que a promoção dos direitos humanos é requerida

pelo Evangelho e é central no seu ministério".

A crise econômica a partir de 1973 — cujo "milagre brasileiro" é o exemplo mais flagrante uma vez que serviu de modelo ao militarismo latino-americano — começou então a apresentar sintomas alarmantes que se iriam agudizar com a crise do petróleo. Com mercado em franca contração, o modelo de desenvolvimento dos regimes militares, nada mais fez que agravar a crise internacional.

Cria-se a Comissão Trilateral (EUA, Europa e Japão) e visa-se fomentar na América Latina um crescimento mínimo e igualitário que aumente o poder aquisitivo do povo, simultâneo a um crescimento industrial fracamente competitivo. Segundo o "trilateralismo" as condições ótimas para o crescimento adequado das economias latino-americanas são as seguintes: governos civis e democracia formal que favoreça uma certa prosperidade da classe média, a pequena indústria e os grupos comerciais dependentes e uma redistribuição mais equitativa da renda. E isto tem como objetivo:

1. Prevenir as demandas excessivamente radicais para uma Nova Ordem Econômica Internacional.
2. Orientar as economias do Terceiro Mundo para uma industrialização minimamente competitiva nos mercados internacionais.
3. Estimular novos mercados orientados para a aquisição de bens de capital e de consumo, produzidos em esfera trilateral.

Neste contexto os EUA revisaram suas relações com o militarismo latino-americano e concluíram que deviam retirar todo seu apoio aos regimes militares de tal modo que a curto prazo o poder passasse às mãos civis. Ora, o militarismo latino-americano não é o sistema mais apto para favorecer, num futuro próximo, os interesses econômicos dos integrantes do Plano Trilateral. A crise econômica mundial exige que se incentivem ao máximo os mercados internos possibi-